



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**DIFICULDADES DE APRENDER A APRENDER NA ALFABETIZAÇÃO
DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.**

VALÉRIA FIUZA NERY NEVES

**BELO HORIZONTE
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**DIFICULDADES DE APRENDER A APRENDER NA ALFABETIZAÇÃO
DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Área de concentração: Gestão Escolar.

Orientador: Professor Me Daniel Handan Triginelli

**BELO HORIZONTE
2013**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Valéria Fiúza Nery Neves

DIFICULDADES DE APRENDER A APRENDER NA ALFABETIZAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 18 de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof^a

Coordenadora do Curso

Prof^o. Me. Daniel Handan Triginelli

Orientador

Belo Horizonte

2013

Dedico este trabalho aos professores, pela sabedoria, inteligência, paciência, rigor, ética e percepção: essências do ser que os revelam como pessoas, obrigado pela orientação, acompanhamento e compreensão das dificuldades e limitações entre o trabalho, e o tempo que a pesquisa exige vocês contribuíram definitivamente para a concretização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que com seu amor derramou sobre mim a força e a sabedoria para conseguir ultrapassar todas as dificuldades. Por sua luz, que sempre me fez acreditar na vida, na esperança e no amor.

Aos Professores, pela paciência, presteza, compromisso e competência, imprescindível na construção deste trabalho. Sem apoio de vocês não seria possível.

Ao meu esposo pelas palavras de incentivo e compreensão.

Aos meus filhos: Christian e Victor, pelo carinho e pelo amor. O simples fato de vocês existirem, me deu força para prosseguir.

Aos meus colegas do curso, as quais dividi válidas experiências nesse período. E a todos meus amigos que torceram por mim nessa caminhada, valeu!!!

EPÍGRAFE

“É essencial que os enfoques da educação de adultos estejam baseados no patrimônio, na cultura, nos valores e nas experiências anteriores das pessoas, e que as distintas maneiras de por em prática estes enfoques facilitem e estimulem a ativa participação e expressão do educando”.

(Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos. Item 5, 1997)

RESUMO

O presente trabalho vem discorrer sobre as dificuldades de aprender a aprender na alfabetização de jovens e adultos. É o resultado de leituras de textos referencias e levantamento bibliográfico com intuito de analisar as pratica da educação de jovens e adultos. Outro ponto de reflexão concentrou nas possíveis ações que contribuam no sentido de inovar, do ponto de vista pratico e reflexivo, na qual discutimos a prática docente com formação pedagógica diante da evolução do ensino da área formativa com um olhar para a construção da cidadania, destacando-se a Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental- EJA. Para se alcançar os objetivos aqui postos, será elencado como fonte de estudos e produção, o acúmulo de experiências, por mim, acumulada em anos de docência e gestão. Visando o até aqui exposto, para sistematizar os elementos acima citados, os mesmos serão criteriosamente relacionados e sistematizados a partir da metodologia reconhecida como levantamento e análise bibliográfica. Esta metodologia nos oportuniza conhecer a literatura em torno do tema, conhecer os pontos de tensão e avanço sobre o objeto deste estudo. Este trajeto oportuniza relacionar a experiência acumulada e pelo trabalho, o que possibilita apresentar reflexões no sentido de contribuir para o debate em torno das principais dificuldades, encontradas no processo de aprendizagem pelos do EJA.

Palavras Chave: Pedagogia, educação de jovens e adultos, dificuldades de aprendizagem, leitura e escrita.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	10
3. PROBLEMAS E PRÁTICAS LEVANTADOS NO CONTEXTO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	11
4. PLANO DE AÇÃO: A ESCOLA COMO FERRMANTA IMPORTANTE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
6. REFERÊNCIAS	16
ANEXO.....	18

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema apresentar as características e especificidade que interferem no processo de ensino-aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos - EJA. A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade específica da educação básica que tem como objetivo atender a um público ao qual foi negado o direito a educação durante a infância e/ou adolescência seja pela oferta irregular de vagas, seja pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis. A partir da análise desses aspectos procuraremos realizar reflexões que possam auxiliar no apontamento de práticas que auxiliem no processo de superação das dificuldades de aprendizagem. Esse movimento apresenta-se como fundamental importância para elaboração do planejamento, objetivando a sua resolução.

A história da educação de jovens e adultos apresenta muitas variações ao longo do tempo, demonstrando estar estreitamente ligadas às transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizam os diferentes momentos históricos do país.

A EJA no Brasil está associada a Paulo Freire, que revolucionou com seu método de ensino onde a preocupação era de que o educando deveria compreender o sentido da escrita. A proposta era trabalhar a realidade do educando, o educador e o educando trabalhando juntos.

O tema escolhido tem grande relevância para complementar os conhecimentos dos jovens e adultos que sentem dificuldades na leitura e na escrita ao retornar a seus estudos. Aprender a ler e escrever já não é memorizar sílabas, e sim ampliar seus conhecimentos, ao retornarem para a escola com o objetivo de vida pessoal e social, (FREIRE,2002).

Partindo dos pressupostos acima, elegeu-se como questão norteadora deste estudo as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos da EJA. Para responder ao problema, tem-se como objetivo geral, analisar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos da EJA. Como objetivos específicos; identificar as dificuldades de leitura e escrita no processo de alfabetização da EJA; identificar a situação de estudo do educando extraclasse; conhecer a relação do conteúdo e cotidiano.

O Estudo foi realizado a partir do acúmulo pessoal de experiências vividas em uma escola da rede municipal de Montes Claros, confrontados e analisados a partir da bibliografia especializada no tema, obtida em levantamento. A finalidade da pesquisa é, a partir do levantamento bibliográfico, explicitar elementos que auxiliem na identificação das dificuldades que os alunos da educação de jovens e adultos encontram na alfabetização da leitura e da escrita.

Portanto, a metodologia adotada para a realização deste estudo foi o levantamento e análise bibliográfica. Esta metodologia prevê criterioso levantamento de textos, neste caso específico concentrou-se em artigos de autores que abordem as questões postas pelo tema. Os textos foram analisados no intuito de conseguirmos refletir, entender e explicar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos do EJA.

2. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é vista como parte integrante da educação básica, segue os princípios e finalidades das leis de educação nacional que vem dando oportunidades para que os educandos da EJA tenham uma educação capaz de promover transformações no corpo social, a partir do acesso a educação formal, que contribui para a formação dos cidadãos que compõem, atuam e vivem na sociedade brasileira. Devido à realidade de alfabetização tardia, dificuldades são encontradas no processo educacional destes jovens e adultos. Para o cumprimento do objetivo de superar as limitações encontradas em todo o processo de alfabetização no contexto da sociedade moderna, é imprescindível a adoção de pedagogias que ofereçam o máximo de suporte ao ato de alfabetizar. A ausência do processo de leitura e de escrita pode ocasionar muitas dificuldades de convivência e adaptação social, inclusive no mercado de trabalho. Por isso é tão significativo à estrutura oferecida pela EJA para estes estudantes.

Conforme Soares (1998):

...um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado,... (p.24).

Entretanto, os jovens e os adultos têm que ser vistos como pessoas participantes da sociedade, por isso estão se capacitando para não serem marginalizados socialmente, lembrando que os mesmos são pessoas que trazem uma bagagem de vida que favorece seu aprendizado.

3. PROBLEMAS E PRÁTICAS LEVANTADOS NO CONTEXTO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Sabe-se que a educação é um direito de todos e dever do Estado. Por isto, a Lei de Diretrizes e Bases aprovada em dezembro de 1996 e a emenda 14/96, constituem-se em instrumentos dessa política, viabilizando a descentralização, a racionalização e focalização dos recursos educacionais no ensino fundamental em detrimento do atendimento da educação de jovens e adultos.

A partir dessa análise histórica que ampara a educação de jovens e adultos, faz-se necessário refletir sobre a sua importância dentro da legislação que é retratada na LDB.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação atual – LDB 9394/96, na seção V, determina que a EJA seja destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade no Ensino Fundamental e Médio na idade própria. Ensino fundamental, maiores de 15 anos e Ensino Médio, maiores de 18 anos.

Segundo (CAGLIARI, 1990, p.8)

No Brasil é recorrente o fato de nos depararmos com jovens e adultos que se encontram fora de sala de aula há vários anos e ainda, com muita incidência, alunos que nunca freqüentaram uma sala de aula. O Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos foi criado com a finalidade de atender a um público que não pode ou não consegue se matricular nas escolas regulares, por se sentirem envergonhados e/ou incapacitados de freqüentar a escola, ou por não disporem de escolas em locais de fácil acesso. E quando esses jovens e adultos conseguem entrar na escola, muitos encontram dificuldade no desenvolvimento da leitura e da escrita. Essa situação tem sido fator de impedimento da continuidade dos estudos, pois muitos acabam sendo reprovados e evadido.

Para que os educandos do EJA se sintam interessados pelos estudos, o ambiente escolar precisa estar preparados para atender a escolarização básica. Ela precisa adequar-se às especificidades dos educandos, assim como oferecer todos os recursos humanos e materiais necessários. A escola tem que ser vista como o

espaço que possibilita a ampliação das relações sociais como o espaço de acesso e construção do conhecimento. De acordo com Carrara (2006, p.1):

O ensino não é um conjunto de receitas que se pode aplicar a todos os alunos em situação uniforme; pelo contrário, é uma atividade dinâmica dentro do qual intervém mutuamente vários fatores que impedem prever de antemão o que vai acontecer nas aulas. Este fato obriga o professor a refletir e revisar constantemente sua prática pedagógica para identificar os fatores estratégicos a serem utilizados para promover a aprendizagem significativa de todos os alunos.

Sabemos que não basta só oferecer escolas que atenda esse perfil de alunos é preciso planejar e criar propostas de intervenções que ajudem esses alunos a superarem as dificuldades de aprender a aprender, pois no mundo letrado todos tem experiências de vida ricas que precisam ser aproveitadas, mas no mundo acadêmico suas limitações são muitas e são essas limitações que precisam ser superadas.

Para os autores Junior e Andrea Monteiro Santos no seu texto *“Dificuldades De Aprendizagem No Processo De Alfabetização Da EJA”*, aprender a ler e escrever para eles é um grande desafio, parece muito difícil. As dificuldades do processo de aprendizagem da linguagem escrita pode ser grande, mesmo para aqueles que apresentam um perfil normal de desenvolvimento cognitivo. Muitos deles quando na faixa etária certa saíram da escola porque tinha dificuldade de aprender. A partir de pesquisas de teóricos como Piaget e Vigotsky, que se dedicaram a observar o processamento do desenvolvimento cognitivo, é que se torna possível compreender que os indivíduos aprendem de maneiras diferentes e em tempos diferentes, pois recebem influência do meio e de outros indivíduos. Assim, passou-se a respeitar as diferenças relacionadas à aprendizagem. “Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem” (FREIRE, 2002, P.58).

Há vários agravantes que levam os educandos a não gostarem de ler e escrever como, a falta de incentivo na infância, a falta de interesse do próprio educando, o teor da literatura que são obrigados a lerem. A leitura é um procedimento básico, indispensável á aprendizagem, em todas as disciplinas e níveis de escolaridade. Nas palavras de FERREIRO (2001, p. 42) “A leitura e a escrita tem sido tradicionalmente consideradas como objeto de uma instrução

sistemática como algo que deva ser ensinada e cuja aprendizagem supria o exercício de uma série de habilidades específicas”. Todos trazem com eles um vasto conhecimento de mundo, mas na hora de apreender a aprender se esbarram no quesito da leitura e da escrita. Conforme já nos dizia Freire:

Uma escola que, continuando a ser um tempo-espço de produção de conhecimento em que se ensina em que se aprende, compreende, contudo, ensinar e aprender de forma diferente. Em que ensinar já não pode ser este esforço de transmissão do chamado saber acumulado, que faz uma geração à outra, e aprender não é a pura recepção do objeto ou do conteúdo transferido. (FREIRE, 1997, P. 5).

A alfabetização é um processo de apropriação do sistema de leitura e escrita, que se inicia no sentido restrito e amplo na medida que buscamos as especificidades do público que desejamos atender. Neste caso é a educação de jovens e adultos que tem suas peculiaridades estabelecidas em leis. Neste contexto, o principal objetivo da educação de jovens e adultos é de formar indivíduos emancipados e atuantes na sociedade, por meio da promoção da dialogicidade de conteúdos relevantes e atuais, buscando um aprimoramento do senso crítico de cada sujeito, mas deparamos com fatores que inviabiliza uma educação adequada e de qualidade para o público da educação de jovens e adultos, conforme afirma Pierro.

Ao focalizar a escolaridade não realizada ou interrompida no passado, o paradigma compensatório acabou por enclausurar a escola para jovens e adultos nas rígidas referências curriculares, metodológicas, de tempo e espaço da escola de crianças e adolescentes, interpondo obstáculos à flexibilização da organização escolar necessária ao atendimento das especificidades desse grupo sociocultural (PIERRO, 2005p.56).

Os alunos da EJA possuem uma bagagem histórica de experiências e conhecimentos acumulados. Para que os alunos conquistem sucesso durante o tempo em que cursam a EJA, é preciso mudar a abordagem e, muitas vezes, o conteúdo. Precisamos de novas concepções e práticas pedagógicas que valorizem uma função crítica e emancipatória. No entanto, para que isso aconteça faz-se necessário uma ruptura com a concepção bancária de educação, que por sua vez implica uma superação da forma escolar e do modo como esta concebe os processos de aprender e ensinar. Parafraseando Paulo Freire: “Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” Por isso é importante o papel do professor como mediador, ele a

todo o momento precisa orientar e criar estratégias para que o educando construa o seu próprio conhecimento.

4. PLANO DE AÇÃO: A ESCOLA COMO FERRMANTA IMPORTANTE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Ao analisar os textos criteriosamente, resultados de nosso levantamento bibliográfico, com intuito de discorrer sobre os procedimentos e metodologias, que auxiliam na reflexão a fim de conduzir o ensino aprendizagem da leitura e escrita na educação de jovens e adultos. Para isso, deve-se desenvolver um trabalho centrado nos alunos, com o intuito de atender a suas especificidades partindo do seu próprio cotidiano.

Que a educação seja o processo através do qual o individuo toma a história em suas mãos, a fim de mudar o rumo da mesma. Freinet reestruturou a escola e o fazer pedagógico dos professores, convencendo-os de que apenas o uso exclusivo da palavra não bastava, mas que deviam desenvolver atitudes que demonstrassem essas mudanças, capazes de tornar a escola viva, participante, mais interessante para os educadores, na construção de uma sociedade mais justa.

A escola voltada para o homem do século XXI deve estar em constante modificação, a fim de acompanhar o progresso da tecnologia e do interesse do homem moderno. Assim devemos desenvolver práticas significativas de valorização das produções de nossos alunos numa ação dialógica que garanta a alfabetização.

Segundo (Freinet,1977) :

Para falar, ela nunca parte da letra ou da sílaba, nem mesmo da palavra, mas da expressão global. Se só tiver uma palavra à sua disposição essa palavra estará já num contexto de entonação e de música que lhe confere o seu elevado valor global (Freinet, 1977, p. 17).

Nesse sentido, ao aprender a pronunciar as palavras, a pessoa não necessita apegar-se aos elementos que constituem a palavra (letra, sílaba), mas à ideia daquilo que deseja expressar. Pode-se, portanto, estender esse raciocínio para o aprendizado da língua materna; ou seja, para se aprender a ler e escrever faz-se necessário compreender o sentido global da palavra; caso contrário, ocorrerá a

simples decodificação. Sendo assim, a pedagogia deve ser uma pedagogia de adesão, de atitude livre da qual os sujeitos se sintam estimulados a participar e vivenciar. Portanto a prática educativa que se desenvolve na sala de aula perpassa pela crivo do professor e do gestor pedagógico, pois o mesmo precisa avaliar e refletir sobre as dimensões e os aspectos que interferem no ensino aprendizagem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de jovens e adultos é reconhecida como busca de novos caminhos para melhorar a vida social, educacional e até mesmo familiar, já que garante o direito de aprender a ler e escrever o que gera, sobretudo, inclusão social. A pesquisa teve objetivo de analisar o processo de alfabetização de jovens e adultos matriculados no curso do EJA. O estudo dessa categoria de ensino se faz importante, pois trata-se de educandos com acúmulo de experiências múltiplas adquiridas nos espaços familiares, sociais e, em especial, no trabalho. Conhecimentos estes que enriquecem em conjunto com suas histórias de vida e, somando-se a alfabetização, oportuniza o estabelecimento de novas relações com a sociedade.

Contudo, concluímos que o modelo escolar voltado para esta categoria do ensino e aprendizagem resguarda peculiaridades que não podem ser ignoradas. A metodologia que permeia os processos envolvendo estes estudantes deve garantir em sua base: aulas dinâmicas e participativa para dar estímulo aos jovens e adultos em frequentar a escola, verificou-se ser importante relacionar o conteúdo ao cotidiano vivo do estudantes, a valorização de suas experiências de vida, a aprovação dos educandos em relação ao método de avaliar dos educadores e por fim as atividades serem coerentes e estarem relacionadas ao seu cotidiano.

Por fim, acredito que o papel do educador é, sobretudo, ser mediador do conhecimento, incentivar a participação dos educandos no processo de alfabetização, possibilitar meios para que o próprio educando tenha curiosidade, sejam construtores do seu conhecimento.

6. REFERÊNCIAS

As técnicas Freinet da Escola Moderna. Tradução: Silva Letra. Lisboa: Editorial Estampa. Lisboa, 1975

CAGLIARI, Luís Carlos. **Leitura e Alfabetização. Cadernos de Estudos lingüísticos**. Campinas, SP: Unicamp/IEL, 1982.

CAGLIARI, Luis Carlos. **Alfabetização e lingüística**. São Paulo: Scipione, 1992.

CÉLESTIN, Freinet: **Uma Pedagogia de Atividade e Cooperação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática**. 4ª ed. São Paulo, Papyrus, 1994.

DI PIERRO, Maria Clara; GRACIANO, Mariângela. **A educação de jovens e adultos** no Brasil: Informe apresentado à Oficina Regional da UNESCO para América Latina y Caribe. Ação Educativa; São Paulo, Brasil - Junho de 2003.

Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n. 9.394/96**. Diário Oficial da União, 20/12/96.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre alfabetização**. 24ª edição atualizada, São Paulo. Cortez, 2001.

FREINET, Élise. Nascimento de **uma pedagogia popular**. Lisboa: Estampa, 1978. O Itinerário de Célestin Freinet: a livre expressão na Pedagogia Freinet. Tradução: Priscila de Siqueira. Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves editora, 1979.

FREIRE, Ana Maria. **Analfabetismo no Brasil**: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista ou de como deixar de ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Gracias até os Severinos. São Paulo: Cortês; Brasília, DF: INEP, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 23. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

FREIRE, Paulo; MACÊDO, D. **A alfabetização – leitura do mundo/leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PIERRO, Maria Clara Di. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005 1135. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 05.05.2010.

SOARES, Magda. **Presença Pedagógica**, p. 24 nº. 29, Fev/Abr2004.

VIEIRA, Maria Clarisse: **Fundamentos Históricos, político e sociais da educação de jovens e adultos no Brasil.** Universidade de Brasília, Brasília 2004,

ANEXO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
DOMINGUINHOS PEREIRA**

**EUSNETE RODRIGUES DA CRUZ
HELOISA MAIA PRATES
LIDIA SOARES SILVA
SOLANGE AFONSO MOTA
VALÉRIA FIUZA NERY NEVES**

BELO HORIZONTE

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
DOMINGUINHOS PEREIRA

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Assistente Marielle Morais de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE
2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	4
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	5
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	5
2.1.1 Aspectos Financeiros.....	6
2.1.2 Aspectos Humanos.....	7
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	9
3. CURRÍCULO.....	12
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	13
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	14
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	14
7. AVALIAÇÃO.....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS.....	21

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Dominginhos Pereira está localizada no município Montes Claros-MG, Avenida Queluz s/nº, bairro Maracanã, telefone (38) 32293394 e atende 1220 alunos de 22 bairros. A escola oferece o Ensino Fundamental, do 1º ao 9º anos, a Educação de Jovens e Adultos EJA (1º ao 8º períodos) .

A escola funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno, é mantida pela Secretaria Municipal de Educação e é administrada através da legislação Federal, Estadual e Municipal em vigor. Foi regulamentada pelo art. 7º da resolução 435/99 de 14 de julho de 1999. Possui os seguintes atos autorizativos: Portaria - 004/Doc/82, publicada no Minas Gerais de 08/05/82 que autoriza o funcionamento do Ensino Fundamental (1ª à 4ª série), portaria – 1085/96 - publicada no Minas Gerais de 21/11/96 autoriza mudança de endereço, da fazenda Santa Maria para o endereço atual.

▲ Identificação da Escola

ESCOLA MUNICIPAL DOMINGINHOS PEREIRA	
Avenida Que luz, s/ nº - Maracanã. Periferia Urbana de Montes Claros - MG Telefone: (38) 3229-3394	
E-MAIL DA ESCOLA: sme.emdp@gmail.com	
ATOS AUTORIZATIVOS: PORTARIA - 004/DOC/82, de 08/05/82 - autoriza o funcionamento do Ensino Fundamental (1ª à 4ª série). PORTARIA - 1085/96, MG - 21/11/96 - autoriza mudança de endereço, da fazenda Santa Maria PORTARIA - 651/98, MG – 30/05/98 - autoriza a extensão de série.	
CNPJ/CAIXA ESCOLAR: 01.903.216/0001-20	
22ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO	PÓLO: NORTE

NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINOS MINISTRADOS:

- ✦ ENSINO FUNDAMENTAL: 1° ao 9° ano de escolaridade
- ✦ EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: 1° ao 8° períodos.
- ✦ NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL: 1096
- ✦ NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: 119

O processo de elaboração do PPP da Escola Municipal Dominginhos Pereira foi fruto de um esforço coletivo onde a comunidade escolar sob coordenação dos gestores mapeou os aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais da região onde a escola está inserida, foi levada em conta a realidade dos alunos e famílias e analisado os acertos e desacertos. Não foi fácil envolver toda a comunidade escolar em discussões e decisões sobre a linha condutora dos trabalhos, grande parte do trabalho foi conduzido por representações desta comunidade.

Para Vasconcellos (2009), o PPP é um instrumento teórico-metodológico que dá um significado comum à ação dos atores escolares, resultando em uma proposta conjunta com foco em prática docente e gestoras voltadas efetivamente à aprendizagem dos alunos. Delineando uma linha de trabalho, o PPP ajuda a enfrentar os desafios do cotidiano de modo sistemático, reflexivo e participativo.

O PPP como instrumento de gestão democrática só terá sentido se possibilitar a renovação de conceitos e práticas pedagógicas, de modo a favorecer o trabalho docente na busca de uma melhor aprendizagem dos alunos. Como afirma Libâneo (2008, p.78), “escola democrática é a que propicia as condições de desenvolvimento cognitivo,afetivo e moral dos alunos”.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

Assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso e a permanência dos alunos na escola, formando cidadãos críticos capazes de agir na transformação da sociedade. Neste sentido a Escola Municipal Dominginhos Pereira tem buscado ampliar a sua estrutura e funcionamento sem cercear seus colaboradores, sua autonomia. De acordo com Dourado (2000, p.7)

... as condições e os insumos para oferta de um ensino de qualidade são fundamentais para a construção de uma *boa escola* ou uma *escola eficaz*, sobretudo se estiverem articuladas às dimensões organizativas e de gestão que valorizem os sujeitos envolvidos no processo, os aspectos pedagógicos presentes no ato educativo e, ainda, contemplem as expectativas dos envolvidos com relação à aquisição dos saberes escolares significativos e às diferentes possibilidades de trajetórias profissionais futuras.

Seremos uma escola de referência pela qualidade do ensino que ministramos pela maneira como atendemos a todos e pela competência profissional de nossa equipe.

- Excelência: Visamos a qualidade em tudo que realizamos em nossa escola;
- Ética: Trabalhamos com elevado senso de compromisso, seriedade e respeito em nossas ações;
- Valorização: Incentivamos, valorizamos e reconhecemos as contribuições individuais e coletivas de nossos alunos e colaboradores;
- Respeito: Respeitamos a diversidade, dignidade e direitos de cada pessoa;
- Participação: Trabalhamos com a coletividade, com senso de comprometimento e solidariedade.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las é o que dá forma e vida ao chamado Projeto Político Pedagógico. "O PPP se torna um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazo", diz Paulo Roberto Padilha, diretor do Instituto Paulo Freire, em São Paulo.

Administrar vai além da simples metodologia de cumprir normas e regras é necessário fazer valer a legislação de forma democrática e responsável envolvendo todos os segmentos da escola.

- ▲ Levantamento de Turmas/Alunos

ENSINO FUNDAMENTAL
ANOS INICIAIS

ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
TURMAS	04	04	03	04	04
ALUNOS	110	111	98	127	120

ENSINO FUNDAMENTAL				
ANOS FINAIS				
ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
TURMAS	05	05	06	03
ALUNOS	129	146	161	94

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA				
PRIMEIRO SEGMENTO				
PERÍODOS	1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO
TURMAS	01	01	01	01
ALUNOS	09	02	05	05

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -EJA				
SEGUNDO SEGMENTO				
PERÍODOS	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO
TURMAS	00	01	01	01
ALUNOS	00	29	40	33

2.1.1 Aspectos Financeiros

O Projeto Político Pedagógico reflete o processo de planejamento global da escola, os aspectos Políticos, Pedagógicos, Humanos, Administrativos e Financeiros são indissociáveis, faz-se necessário um Projeto Político – Pedagógico que resgate a transparência na gestão dos recursos públicos, o que requer responsabilidades uma vez que esta gestão é regulamentada pelas leis federais de Direito Financeiro (4.320/64) e de licitações (8.666/93) e pela lei complementar de Responsabilidade Fiscal (101/2000).

O artigo 212 da Constituição diz que a União deve aplicar no mínimo 18%(e

os estados e municípios, 25%) de suas receitas em Educação. A verba que vem do governo federal é distribuída pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por canais como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - depositado na conta bancária da entidade executora da escola Caixa Escolar ganhando rapidez para suprir necessidades básicas de manutenção, aquisição de material didático e formação.

A gestão financeira deve ser compartilhada com todos os segmentos representativos da escola, com participação ativa do conselho escolar, conselho deliberativo e conselho fiscal. O recurso financeiro direto na escola simboliza avanços na qualidade do ensino e na estruturação da escola. Antes da distribuição dos recursos é imprescindível definir prioridades na aquisição de materiais de consumo e de bens de capital, formação continuada dos profissionais da educação.

A Unidade Executora (Caixa Escolar) da Escola Municipal Dominginhos Pereira, composto por todos os segmentos da comunidade escolar elabora o plano de aplicação financeira que é deliberado pelo conselho deliberativo, acompanhado e aprovado pelo conselho Fiscal e pelo Conselho Escolar.

A verba é destinada de acordo com o número de matrículas efetivada pela escola com base em dados do censo do ano anterior.

RECEITA	DESPESAS
PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) R\$14.744,40	Material de consumo, manutenção, e bens permanentes. Distribuídos de acordo com o plano de aplicação.

2.1.2 Aspectos Humanos

A Escola Municipal Dominginhos Pereira, em conformidade com a LDBEN 9394/96 detém os seguintes princípios:

- ⤴ Igualdade de acesso e permanência dos alunos na Escola;
- ⤴ Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e propagar a cultura, a arte e o saber;
- ⤴ Respeito as diversidades e pluralismo de ideias.
- ⤴ Apreço a tolerância e a liberdade;
- ⤴ Excelência em educação;

- ⤴ Garantia da gratuidade do ensino;
- ⤴ Universalização dos saberes;
- ⤴ Valorização do senso comum;
- ⤴ Valorização das pra educacionais;

Atendendo uma clientela inserida em comunidades constituídas por famílias da periferia, trabalhadores braçais, funcionários de pequenas indústrias e muitos pais desempregados, sobrevivendo de ações afirmativas de poder público. Boas partes das famílias se encontram desestruturadas pelas constantes separações de pais, mães ausentes, porque trabalham para manter os filhos. São, portanto alunos provenientes de classe socioeconômica baixa sendo de suma importância evidenciar o aspecto humano neste documento, onde os direitos e deveres, dos alunos, professores, pais e demais colaboradores sejam cotidianamente discutidos, analisados, avaliados e colocados em prática.

Setores	Número de Funcionários	Habilitação				Obs.
		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós-Graduação	
Professores PBI	32	-	01	31	-	-
Professores PBII	37	-	-	37	-	-
Pedagogos	05	-	-	05	04	-
Auxiliares de Serviços Gerais	24	-	-	01	-	-
Auxiliares de secretaria	07	-	-	07	-	-
Auxiliares de docência	07	-	-	-	-	-
Secretário Escolar	01	-	-	-	-	-

Setores	Número de Funcionários	Habilitação				Obs.
		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós-Graduação	
Inspetores de alunos	04	-	01	03	00	-
Diretor	01	-	-	-	01	-
Vice-diretor	00	-	-	-	-	-
Vigias	06	-	06	-	-	-

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

2.3 A proposta pedagógica da escola reflete sua identidade, missão e visão de futuro tiran

Estrutura Organizacional Pedagógica

A proposta pedagógica da escola reflete sua identidade, missão e visão de futuro tirando o máximo, partindo da diversidade do sistema escolar, pois é a diversidade que permite a contextualização de práticas educativas ação imprescindível para que cada um dos envolvidos encontre um sentido positivo para o exercício do trabalho intelectual de aprender.

Na proposta pedagógica se concretizar ações que visam à melhoria da qualidade do ensino e as necessidades básicas da aprendizagem em seus diversos níveis e modalidades definindo os conteúdos curriculares, estabelecendo novas disciplinas, introduzindo novas metodologias, programas especiais, medidas de combate a evasão e retenção escolar, adotar critérios de organização dos tempos escolares (Calendário, grade de horários). Acompanhar a qualidade do trabalho dos docentes é algumas das ações que norteiam o trabalho pedagógico da escola, garantindo a aprendizagem dos alunos.

... a qualidade do ensino mesmo atendida a universalização da população em idade escolar, será sempre uma meta, seja pelo caráter cumulativo conhecimento, seja pelas circunstâncias históricas que condicionam e para

as quais ele deve buscar caminhos cada vez mais abertos. Contudo, em qualquer circunstância, a qualidade supõe profissionais do ensino com sólida formação básica, aí compreendidas o domínio dos métodos e técnicas de ensino e o acesso à educação continuada, presencial ou à distância. (CURY, 2012, p.9)

As normas de funcionamento que regem a atuação de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem são determinantes na qualidade do ensino, interferindo de forma proativa na formação dos alunos.

Atribuir sentidos aos conteúdos curriculares é respeitar os saberes individuais atribuindo-lhes significados remetendo a forma e saberes socialmente estruturado.

A abordagem interdisciplinar contribui para dar significados aos vários contextos sociais. As intervenções pedagógicas são pontuais e promove a realização de aprendizagem e estabelece uma relação entre o que se pretende conhecer e as possibilidades de observação, reflexão e informação que o aluno é detentor.

Os conteúdos são estruturados em três dimensões: Conteúdos conceituais, que envolvem fatos e princípios; conteúdos procedimentais e conteúdos atitudinais que envolvem as normas, os valores e atitudes.

A concepção de avaliação segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais vai além do uso da avaliação como mecanismo de coação e controle, prevalecendo a concepção de avaliação como parte integrante do processo educacional.

O Conselho Nacional de Educação recomenda que as formas mais contínuas de avaliação (como a observação do comportamento do aluno e exercícios em classe) tenham peso maior do que resultados mais específicos, como os de provas finais. Dessa forma, mais do que promover o aluno para o próximo ano, a avaliação pode ajudar a identificar as maiores dificuldades de aprendizagem. É importante notar que a avaliação serve, também, para detectar problemas no próprio ensino: por isso, o Conselho recomenda que a família e o aluno tenham direito de discutir os resultados com os professores e gestores escolares. Assim, os próprios procedimentos de ensino e avaliação podem ser revistos de acordo com as necessidades dos alunos.

O planejamento além de ser uma ferramenta pedagógica imprescindível, o planejamento também promove a utilização eficiente dos recursos e do tempo na escola. Ele tem que ser algo inerente ao ser humano. No processo de ensino e aprendizagem o planejamento requer qualidade e intencionalidade.

Existem três dimensões básicas que precisam ser consideradas no planejamento: A realidade, a finalidade e o plano de ação.

Os planejamentos seguem a uma sistemática predeterminada. Acontecem periodicamente.

CRONOGRAMA DE PLANEJAMENTOS	
1º AO 5º ANOS	Utilizar o horário de Educação Física
6º AO 9º ANOS	Módulo 02

O planejamento também será destacado nas formações continuada e nas reuniões pedagógica.

O planejamento anual é uma estratégica que consolida as ações da escola, pois envolvem todos os segmentos da escola que definem conteúdos, objetivos, atividades, procedimentos e o tempo previsto para o desenvolvimento do trabalho.

O planejamento prevê um trabalho voltado para o educando com assistência individual aos alunos com dificuldades de aprendizagem, orientação ao cumprimento das normas e regras da escola.

Os projetos pedagógicos emergentes da realidade dos alunos têm como eixos integradores os conteúdos curriculares. Estes não se restringem apenas às salas de aula, mas envolvem comunidade e parceiros externos.

O conselho de classe é uma das poucas oportunidades em que é possível reunir os docentes das diversas disciplinas de um mesmo ano com o objetivo de analisar os processos de ensino e de aprendizagem sob múltiplas perspectivas. Quando as discussões são bem conduzidas, elas favorecem aspectos como a análise do currículo, da metodologia adotada e do sistema de avaliação da instituição. Dessa forma, possibilitam aos professores uma interessante experiência formativa, permitindo a reavaliação da prática didática.

O conselho é coordenado pelo supervisor escolar em três reuniões anuais onde são pontuadas questões de aprendizagem, indisciplina e freqüência. As questões são registradas em fichas específicas. As intervenções acontecem no decorrer da etapa.

3. CURRÍCULO

A LDB estabeleceu para o território nacional em seu artigo 26:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

O Plano Curricular do Ensino Fundamental é expressão formal da concepção do currículo da escola, decorrente de sua proposta pedagógica e conterà uma base nacional comum e uma parte complementar, diversificada.

A escola é um espaço social, emancipador e libertador, cenário de socialização da mudança. Sendo ambiente social tem um duplo currículo, o explícito e o formal, o oculto e o informal. O currículo educativo representa a composição do conhecimento e valores que caracterizam um processo social. Ele é proposto pelo trabalho pedagógico na escola. Atualmente o currículo é uma construção social, na acepção de estar inteiramente vinculado a um momento histórico, á determinada sociedade e as relações como conhecimento .

O currículo ideal é aquele que acrescenta saberes aos saberes adquiridos pelo aluno no seu grupo de convívio, agrega valores e insere contextos evitando o clássico conceito de programa ou grade curricular. O currículo deve abranger tudo que acontece no espaço escolar, os conflitos, as atividades programadas e desenvolvidas sob sua responsabilidade e que envolvem a aprendizagem dos alunos na escola e fora dela.

A concretização do currículo no espaço dinâmico que é a escola vai produzir simultaneamente diferentes tipos de currículos.

O Currículo Formal é entendido como o conjunto de prescrições oriundas das diretrizes curriculares produzidas nacionalmente no sistema público e/ou ainda na escola indicados nos documentos oficiais, nas oficiais, nas propostas pedagógicas e nos regimentos escolares.

O Currículo Real é a transposição pragmática do currículo formal, é a interpretação que os professores e alunos constroem conjuntamente no cotidiano do enfrentamento das dificuldades, sejam conceituais, materiais, de relação professor/aluno e aluno/aluno; são as sínteses construídas por eles a partir dos elementos do currículo formal e das experiências pessoais de cada um.

Já o Currículo Oculto é aquele que escapa das prescrições, sejam elas originárias do currículo formal ou do real. Ele serve para reforçar as regras que cercam o uso dos conflitos. E estabelece uma rede de suposição que visa

determinar regras sobre conduta dos estudantes.

Esse processo é uma maneira bastante tímida de trabalhar conceitos transversais para a formação global do aluno, uma vez que tais intervenções acontecem, geralmente sem que estejam deliberadamente sistematizadas ou incluídas nas disciplinas.

Em um currículo oculto, as suposições em sala não podem ser planejadas, pelo próprio fato de serem tácitas e incidentais.

A Escola dispõe de uma Matriz de Referência, definindo propostas para as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental, e proposta específica da Educação de Jovens e Adultos que visa nortear a produção coletiva do plano de trabalho da escola, propondo capacidades e descritores que de forma holística fomentarão as discussões das equipes pedagógicas na elaboração dos planejamentos diários, como os planos de ensino, definição de metodologias e avaliação.

Os Programas de Ensino serão elaborados tomando como referência os conteúdos propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e municipais, bem como os indicadores propostos pelo Projeto Pedagógico da Escola.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Municipal Dominginhos Pereira conta com uma rede física de 19 salas de aulas, banheiros, refeitório, cantina, biblioteca, sala de multimídias, 02 laboratórios de informática, quadra coberta, campo de futebol, cantina, sala de música, 02 salas de professores, sala de recursos humano, sala de recursos para atendimento as crianças portadoras de necessidades, estacionamento, secretária, 02 salas de supervisores.

A escola se organiza em anos escolares:

No turno vespertino atende 1º ao 5º ano de escolaridade com faixa etária de 06 a 10 anos;

No turno matutino atende 6º ao 9º ano de escolaridade com faixa etária de 11 a 14 anos.

A Educação de jovens e Adultos atende alunos acima de 15 anos.

O Ensino Fundamental terá duração mínima, de nove anos, obrigatório, tendo por objetivo a formação básica do cidadão, mediante incisos I, II, III, e Parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do inciso IV da LDB 9.394/96

Segundo a LDB 9.94/96, se faz necessário ao professor fazer a avaliação dentro da filosofia: ação-reflexão-ação, como prática de se auto-avaliar e avaliar todo o processo educativo que comungou o ideal: a qualidade do ensino-aprendizagem.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A Escola Municipal Dominginhos Pereira atua em conjunto com o conselho escolar (Colegiado) nas tomadas de decisões, buscando apontar soluções para os mesmos. Todas as decisões tomadas pelo conselho estão de acordo com o regimento escolar.

O grêmio estudantil tem um estatuto organizado e uma formação que atuou em 2007, sendo desativado em 2008.

O colegiado é formado pelos segmentos da comunidade escolar incluindo a representação de alunos maiores de 14 anos.

A escolha do gestor no sistema Municipal na qual a escola está inserida é por indicação política.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

O clima organizacional da escola reflete uma relação democrática com tomadas de decisões coletivas em prol de uma aprendizagem que tenha significado para o aluno. Para Japenga (2010, p.46)

Compreender as relações de poder na escola é necessário para apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, sindicato, professores, diretores, coordenadores etc.). A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões.

Os conflitos existem e são administrados visando o bem comum. Pode-se dizer, de certo modo, que o ambiente escolar é constituído de múltiplas educações. Na comunidade que se forma no interior da escola e nas relações entre os sujeitos que dela participam se cruzam e se influenciam diferentes saberes e vivências. Por isso a ética precisa está presente nesta complexa rede de relacionamentos.

O grupo de trabalho da escola é atuante e comprometido com uma educação de qualidade. Busca o conhecimento e a informação, pois reconhece a importância do papel de cada um como agente transformador da realidade.

7. AVALIAÇÃO

Cipriano Carlos Luckesi, professor de pós-graduação em Educação na Universidade Federal da Bahia, diz que o processo de avaliar tem, basicamente, três passos:

- conhecer o nível de desempenho do aluno (constatação da realidade);
- comparar essa informação com aquilo que é considerado importante no processo educativo (qualificação);
- tomar as decisões que possibilitem atingir os resultados esperados.

Segundo Luckesi, a avaliação só vai provocar o desenvolvimento do discente se fizer sentido para ele.

A Escola Municipal Dominginhos Pereira tem procurado tratar o processo de avaliação como um processo dinâmico e sistemático, onde os aspectos qualitativos da aprendizagem prevalecem sobre o quantitativo.

Avaliar consiste em diagnosticar a situação real de aprendizagem do aluno em relação aos indicadores de desempenho, definidos pela escola em sua proposta pedagógica.

A avaliação é entendida como fonte principal de informação e referência para a formulação de práticas educativas que possibilitem a formação global dos alunos, como parte do processo de aprendizagem, tem uma função diagnóstica que busca investigar os conhecimentos que o aluno traz para a sala de aula; é formadora, no sentido de acompanhar as etapas de aprendizagem e da totalidade de percurso pessoal, inclusive para reorientá-lo e tem um caráter de continuidade, visando organizar as ações educativas subseqüentes.

A escola em conjunto com supervisores e professores define estratégias de avaliação no decorrer do trimestre lançando mão de todos os recursos possíveis para que esta seja um processo não um meio em si.

O resultado deste processo é analisado em conselhos de classes que acontecem em três reuniões anuais uma no final de cada trimestre.

A divulgação dos resultados dos alunos é via boletins trimestrais.

Segundo a LDB, artigo 12, inciso V, a escola deverá prover meios para que a recuperação dos alunos que não atingiu os objetivos propostos, no artigo 13,

inciso IV, docente deverá estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento.

A recuperação é uma estratégia de intervenção deliberada no processo educativo, quando as dificuldades são diagnosticadas, constituindo uma oportunidade de levar o aluno ao desenvolvimento esperado.

Os alunos de recuperação visam proporcionar ao aluno oportunidades de aprendizagem para recuperar dificuldades verificadas no seu desempenho escolar.

Os estudos de recuperação, de caráter obrigatório, constituem oportunidades diversificadas e diferenciadas no processo de aprendizagem do aluno, tendo em vista a melhoria de seu aproveitamento.

Cabe à escola ministrar atividades planejadas, para cada conteúdo a ser recuperado, no momento em que se verificarem as falhas, provendo todo o meio possível para a recuperação do aluno.

Ao final do ano ou período letivo, ocorrida a recuperação contínua e diagnóstica, o aluno que ainda não atingiu o nível de aproveitamento desejável nos conteúdo (s), conforme a avaliação do Conselho de Classe, terá outra oportunidade, através dos Estudos Orientados e os Estudos Independentes a ser realizados no período de férias escolares.

O aproveitamento de estudos é a faculdade legal concedida à escola para que aproveitem, em seus cursos e atividades, estudos realizados com êxito na própria escola ou em outras instituições.

Pode ser feito mediante apresentação de documento escolar referente às séries, etapas, aos períodos, ciclos ou componentes curriculares nos quais o aluno obteve aprovação; ou por deliberação de uma comissão da própria escola, que classifique o candidato no nível correspondente ao seu desempenho, no caso de estudos não formais e no caso de reprovação.

Esse recurso se aplicará ao aluno da EJA, quando necessário.

A progressão parcial será adotada nos quatro anos finais do Ensino Fundamental, na EJA e no Ensino Médio.

Poderá beneficiar-se da progressão parcial o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em até duas disciplinas.

Ficará retido na série/período em curso o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em até duas disciplinas, incluindo-se nesse cômputo as disciplinas da série/período em que se encontra e aquelas em regime de progressão

parcial.

Para definição da retenção do aluno, cada disciplina deve ser computada apenas uma vez, independentemente das séries em que incidir, tendo em vista que a recuperação deve ser planejada considerando as aprendizagens fundamentais de cada área e as necessidades básicas de desenvolvimento do aluno.

O aluno concluirá o nível de ensino somente quando obtiver a aprovação nas disciplinas em que encontrar em regime de progressão parcial.

Será adotada a progressão continuada no 1º, 2º e 4º anos e nos anos finais 6º ao 9º anos e na Educação de Jovens e Adultos.

Classificar significa posicionar o aluno em séries anuais, períodos semestrais, ciclos ou outras formas de organização, compatíveis à sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento, segundo processo de avaliação definido pela escola.

A classificação do aluno em qualquer período semestral, em série ou ciclo, exceto o 1º ano do ciclo inicial do Ensino Fundamental.

A decisão de reclassificação será decorrente de manifestação de uma comissão, presidida pela Direção da Escola, que tenha representantes docentes do curso no qual o aluno deverá ser reclassificado, bem como dos profissionais responsáveis pela Coordenação/ Supervisão das atividades pedagógicas.

Os documentos que fundamentam a classificação ou reclassificação serão arquivados na pasta de cada aluno, e seu resultado será registrado no livro de atas de resultados especiais e nos documentos individuais do aluno.

ASPECTOS PEDAGÓGICOS

Metas	Objetivos	Ação	Pessoal envolvido	Período de realização
Encontro de formação de professores.	Participar de capacitações mensais.	- Organização dos encontros pedagógicos com temas de necessidade e interesse. - Grupo de estudo para troca de experiências, reflexões e	Diretor, supervisor, professores.	Decorrer do ano letivo.

		debates.		
Garantir a alfabetização dos alunos na idade certa.	Alfabetizar os alunos das turmas do 1º, 2º, 3º anos.	Prover intervenções pontuais.	Supervisores, professores, e parceiros externam.	Decorrer do ano letivo.
Integração da família na escola.	Promover ações que envolvam toda a comunidade escolar.	Semana de Integração família e escola. Palestras Encontro de pais Eventos Sociais (festa das mães, juninas, folclore, auto de natal).	Diretor, supervisor, professores, supervisores da S.M.E	Decorrer do ano letivo (pelo menos duas vezes ao ano, além das reuniões trimestrais).
Garantia de frequência diária dos alunos.	Assegurar a frequência diária dos alunos.	Conscientização dos pais e alunos.	Comunidade escolar. Programa de combate a evasão. Policia militar. Conselho tutelar.	Decorrer do ano letivo.
Monitoramento da aprendizagem.	Adotar um sistema de avaliação formativa.	Instrumentalizar os professores, quanto à concepção de avaliação.	Supervisor, professores, alunos e toda a comunidade escolar.	Decorrer do ano letivo.
Redução da taxa de reprovação.	Elevar o índice de aprovação.	Estabelecer o monitoramento e intervir nas dificuldades dos alunos.	Diretor, supervisor, professores e alunos.	Decorrer do ano letivo.
Parcerias.	Viabilizar parcerias entre a escola, instituições de ensino superior, empresa, entidades beneficentes, comunidade.	Projetos de esporte e lazer. Atendimento diverso a comunidade (social). Organização, construção e doação de materiais	Estratégias das universidades da cidade. Comunidade escolar.	Decorrer do ano letivo.

	didáticos.		
--	------------	--	--

A educação não pode ser uma tarefa isolada entre os diferentes funcionários. É preciso que todos que trabalham na escola atuam de maneira coerente, coordenada e organizada para a busca da melhoria da qualidade.

De acordo com Navarro (2004, p.1)

(...) todo o processo educativo passa a ter a maior relevância, como meio para a efetivação da aprendizagem, e o produto desse processo – a aprendizagem efetivamente alcançada – é o resultado de todo o esforço realizado pelos estudantes, docentes, gestores e todos os demais segmentos escolares. Nessa ótica, torna-se importante destacar que o sucesso ou fracasso na aprendizagem é coletivo, ou seja, da escola como um todo.

O momento de avaliar deverá ser aquele capaz de trazer importantes reflexões que façam emergir práticas cada vez mais consistentes e adequadas ao projeto educativo.

Portanto, a avaliação não poderá ter caráter punitivo ou classificatório, mas de estar promovendo alterações, mudanças – qualitativas, oportunizando às instituições escolares, aos momentos em que todos os seus profissionais envolvidos possam avaliar e serem avaliados, cada qual ao nível das competências e da função desempenhada e no papel desenvolvido por cada escola

A avaliação dos funcionários acontece somente no período probatório e no final do período aquisitivo para fins de progressão salarial. Não existe um sistema de avaliação democrático onde todos se avaliam e são avaliados.

A finalidade da avaliação institucional é obter um ensino que cada vez mais traduza, com clareza, seus compromissos com a sociedade e que além dos professores toda comunidade escolar seja avaliada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico se torna um instrumento vivo e eficaz servindo de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de acordo com os prazos definidos, diz Paulo Roberto Padilha, diretor do Instituto Paulo Freire, em São Paulo.

A construção de uma gestão democrática verifica-se na construção coletiva do documento que determina os rumos da escola e reflete uma proposta maior a do

município, e essa se informa e se reestrutura a partir do desenvolvimento das propostas das escolas públicas.

Espera-se que a construção desse documento possa gerar mudanças no modo de agir. Que todos percebam de forma clara qual é o foco de trabalho na escola e participam de seu processo de determinação, sendo verdadeiros parceiros da gestão.

Que o PPP possa ajudar a equipe escolar e a comunidade a enxergar como transformar sua realidade cotidiana em algo melhor. E que a elaboração não signifique nada além de um papel guardado na gaveta.

Este documento se baseia na Lei federal nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos CBCs -Conteúdos Básicos Curriculares do Estado de Minas Gerais e nos PCNs- Parâmetros Curriculares Nacionais , tendo como finalidade “desenvolver o educando,assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores”.

REFERÊNCIAS

BRASÍLIA- **Lei nº 9394/96- Diretriz e Bases da Educação Nacional** - 20 de dezembro de 1996.

BRASILIA – **MEC – Secretaria de Educação Fundamental- Parâmetros Curriculares Nacionais** - 1997.

CIPRIANO, Carlos Luckesi. **Avaliação nota 10**. Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/avaliacao/avaliacao-nota-10-424569.shtml>> . Acesso em 07/05/13.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação : Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=4224&advanced=1&paging=1&page=2>> . Acesso em 10/04/13

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. **Brasil: MEC/LNEP. A qualidade da educação: conceitos e definições**.

Disponível em
<<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=4224&advanced=1&paging=1&page=2>>. Acesso em 05/04/13

JAPENGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de trabalho na Escola Pública Básica.** Disponível em
<<http://www2.marília.unesco.br/revistas/Index.php/orgdemo/article/viewfile/458/357>>. Acesso em 20/04/13.

LIBÂNIO, José Carlos. **A política educacional e o funcionamento interno das escolas. Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 14, n.80, p. 76-78, mar./abr.2008.

MONTES CLAROS- **Secretaria Municipal de Educação-Proposta Politico-Pedagógica- Conteúdos Básicos do Ensino Fundamental.** 2002.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al). **Avaliação: o processo e o produto.** Disponível em
<<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=4224&advanced=1&paging=1&page=2>> Acesso em 20/04/13.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico - do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2009.